

AMAZÔNIA: TERRITORIALIDADE RONDONIENSE - UMA VISÃO GEOGRÁFICA DOS SEUS REFLEXOS PARA ÍNDIGENAS E NÃO-ÍNDIGENAS¹

AMAZÔNIA: TERRITORIALIDAD RONDONIENSE - UNA VISIÓN GEOGRÁFICA DE SUS IMPLICACIONES PARA PUEBLOS INDÍGENAS Y NO-ÍNDÍGENAS.

Alexis de Sousa **Bastos** - UNIR²
Adnilson de **Almeida Silva** - UFPR³
Fabiana Barbosa **Gomes** - UNIR⁴
Luciléa Ferreira **Lopes** - UFPR⁵

RESUMO: O trabalho busca analisar os processos históricos ocorridos no Estado de Rondônia, com a chegada de milhares de imigrantes na região nas últimas décadas, conseqüentemente produzindo grandes transformações no espaço e a promoção de novos arranjos e reconfigurações territoriais marcadas pelas novas relações de disputas por poder, refletidas na dominação do território. Além do estudo de alguns desses conceitos de inesgotável debate dentro da Geografia, a análise tem por base as formas de percepção do território por indígenas e não-indígenas, bem como os reflexos sentidos através das mudanças de ordem social, política, econômica, ambiental e espacial por esses atores sociais. O **objetivo** é discutir a percepção territorial com as mudanças estruturais e conjunturais, assim como os respectivos significados e representações para os povos indígenas e não indígenas no contexto da dinâmica regional rondoniense. A **metodologia** de análise presente nesse trabalho parte das reflexões teóricas e epistemológicas de autores como GIDDENS, HARVEY, MILTON SANTOS, THÉRY, RAFFESTIN, entre outros que tem discutido sobre questões de território, territorialidade, espaço e espacialidade; além da experiência acumulada pelos próprios autores proponentes com as digressões obtidas pelas disciplinas oferecidas nos Programas de Pós-Graduação em Geografia da UNIR e da UFPR, assim como dos trabalhos realizados em campo. O artigo é estruturado em quatro seções: a primeira retrata as considerações iniciais o processo histórico de ocupação de Rondônia a partir

¹ Trabalho apresentado ao I Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder. Eixo Temático: Poder e Território – Teoria e Estudo de Caso

² Graduado em Geografia e Mestrando em Geografia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Coordenador de Projetos do Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia – RIOTERRA – E-mail: alexisbastos@hotmail.com.

³ Graduado em Geografia, Especialista em Análise Ambiental da Amazônia. Mestre em Geografia pela UNIR, doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador-colaborador do Núcleo de Estudos em Espaços e Representações – NEER e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Modos de Vida e Populações Amazônicas - GEP Cultura Amazônica/UNIR. E-mail: adnilsonn@hotmail.com

⁴ Graduada em Geografia e Mestranda em Geografia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento Sustentável do Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia – RIOTERRA – E-mail: bianabgomes@yahoo.com.br

⁵ Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Especialista em Geografia e Planejamento Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG. Mestre em Educação pela IPLAC-Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professora da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. E-mail: lucinead@yahoo.com.br

do Programa Integrado para o Desenvolvimento do Noroeste do Brasil - POLONOROESTE; a segunda discute teoricamente sobre a compreensão de território e suas implicações para conceitos geográficos; a terceira versa sobre a colonização em Rondônia e as conseqüências para os territórios indígenas e não-indígenas; a quarta retrata as considerações finais como reflexão do processo de reconfiguração territorial. Como **resultado** percebe-se na análise uma rápida e contínua transformação territorial brancamente demarcado, que permite seu uso pelos indígenas, mas que de fato é um território não-indígena, isso é, dado a realidade envolvente que alija as populações indígenas mesmo que esses ocupem porções consideráveis do território. Em outras palavras, quase sempre a ocupação territorial pelos indígenas significa sua exploração social, econômica, cultural, política e territorial pelos não-indígenas. Como **contribuição geográfica espera-se** que esse trabalho possibilite a reflexão sobre as questões territoriais da Amazônia e sua relação política e de poder no território.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Regional. Espaço. Indígenas. Não-Indígenas. Ser Social. Território.

RESUMEN: El trabajo búsqueda analizar los procesos históricos ocurridos en el Estado de Rondônia, con la llegada de mil de inmigrantes en la región en las últimas décadas, por lo tanto produciendo grandes transformaciones en el espacio y la promoción de nuevos arreglos y de reconfiguraciones territoriales marcados por las nuevas relaciones de los conflictos para poder, reflejados en la dominación del territorio. Más allá del estudio de algunos de esos conceptos del discusión inagotable dentro de la geografía, el análisis tiene para la base las formas de opinión del territorio para los aborígenes y los no-aborígenes, tan bien como las consecuencias a través de los cambios de la orden, de políticas, de económico, de ambiente sociales y espacio para estos agentes sociales. El **objetivo** es discutir la opinión territorial con los cambios estructurales y coyunturales, así como los significados y las representaciones respectivos para las poblaciones aborígenes y no aborígenes en el contexto de la dinámica regional del Rondônia. La **metodología** del análisis en ese trabajo se ha ido de las reflexiones teóricas y de los epistemológicas de autores como GIDDENS, HARVEY, MILTON SANTOS, THÉRY, RAFFESTIN, entre otros que ha discutido en cuestiones del territorio, del territorialidad, del espacio y del espacialidad; más allá de la experiencia acumuló y apropiado por el autores con los reflexiones obtenidas en las disciplinan ofrecidas en los Programas de Pos-Grado en la Geografía de UNIR y UFPR, tan bien como de los trabajos desarrollados en campo. El artículo es desarrollado en cuatro secciones: la primera se acerca de las consideraciones iniciales el proceso histórico de la ocupación de Rondônia através del Programa Integrado del Desarrollo del Noroeste Brasileño - POLONOROESTE; en segundo lugar discute teóricamente en la comprensión del territorio y de sus implicaciones para los conceptos geográficos; tercera discute la colonización en Rondônia y las consecuencias para los territorios indígenas y no-aborígenes; cuarta se preocupa con las consideraciones finales como reflexión del proceso de la reconfiguración territorial. El **resultado** se percibe en el análisis una dinámica transformación territorial blancamente demarcó, ésa permite su uso pelos pueblos autóctonos, pero eso que de hecho es un territorio no-aborigene, ése es, los datos por la realidad de participación que marginaliza tales poblaciones mismo que esas ocupan exactamente las porciones considerables del territorio. Es podría ser dicho que casi siempre la ocupación territorial pelos pueblos aborígenes significa su exploración social, económica, cultural, política y territorial pelos pueblos no-aborígenes. La **contribución del Geografía** búsqueda en ese trabajo una posible reflexión en las

cuestiones territoriales del Amazônia y de sus relaciones políticas y de poder en el territorio.

PALABRAS-CLAVES: Desarrollo regional. Espacio. Aborígenes. No-Aborígenes. Ser social. Território.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Estado de Rondônia é marcado pela alteração de sua paisagem a partir da década de 1970, quando ocorre a chegada de imigrantes atraídos pela propaganda oficial oportunizando-os a receberem terras distribuídas gratuitamente através de projetos governamentais de ocupação. Esse processo é intensificado com a criação, em 1981, do POLONOROESTE que possibilitou as bases de infra-estruturas, como estradas, núcleos de apoio rural, escolas, entre outras, possibilitando o *status* jurídico e autonomia político-administrativa de território federal para estado.

Com isso, Rondônia recebeu uma quantidade enorme de imigrantes de outros estados brasileiros, principalmente do sul do Brasil, conforme observa PEDLOWSKI *et al.* (2005). O estímulo à migração para Rondônia não foi obra do acaso, mas sim da estratégia geopolítica adotada pelos governos militares, cujo objetivo consistia no enfraquecimento dos movimentos de organizações sociais que ensejavam a democratização do país e, também de acordo com FEARNSIDE (2004) era uma resposta aos graves problemas causados pela mecanização da agricultura e consolidação da concentração fundiária no sul brasileiro.

A paisagem rondoniense era intensificadamente alterada através de processos exossomáticos, que modelavam a região e contribuía para a definição de uma nova espacialidade e novos arranjos territoriais. Nessa efervescência, processavam-se mudanças territoriais, diretamente ligadas as formas de uso da terra e de suas intrincadas relações de poder. Essas mudanças, por sua vez, influenciaram diretamente o tempo e o espaço, enquanto lugar de projeção das possibilidades, causando intensa fricção interétnica e estranhamento cultural entre os que chegavam e a população local estabelecida ancestral e anteriormente na região, resultando daí um processo dinâmico sobre o território.

2. A COMPREENSÃO DE TERRITÓRIO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA CONCEITOS GEOGRÁFICOS.

Como tempo e espaço são dimensões essenciais para a compreensão dos problemas ambientais, a contribuição da Geografia e da História é indispensável para entender o processo de ocupação e transformação do espaço, das mudanças e

inovações tecnológicas ocorridas ao longo do tempo e dos modelos de desenvolvimento adotados, conforme SANTOS, C. (2004). Entretanto, tempo e espaço são insuficientes para explicar as transformações em andamento, necessitando incluir o homem, o ser social, o que para SOJA (1993), é o elemento essencial para completar a tríade da ordem espacial da existência humana.

Nesse contexto, SANTOS, M. (2006b) define o homem, como aquele que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida, uma função, o que nesse estudo de caso, esses seres ou atores sociais são representados pelos indígenas e não-indígenas. Da mesma forma que se fez incluindo o homem como ser individual e social (MACHADO, 1997), é necessário o entendimento desse e de outros conceitos geográficos utilizados para que se estabeleça o diálogo. Se isso não é estabelecido, também não se permite que as pessoas possam discutir determinado assunto, conforme contextualiza SANTOS, M. (2006a).

É importante na compreensão do texto, a definição de espaço, objeto de estudo da Geografia, em que estão inseridos o lugar e o território, e conseqüentemente definem-se as espacialidades. Logo, afirma SANTOS, C. (2004) o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações, podendo ser qualificado.

Esse autor corrobora com a discussão ao inferir que pelo fato do espaço ser revelado intuitivamente e fazer parte de cada um de nós, não há a necessidade de sua apreensão científica, e sim de análise das representações presentificadas no espaço, o que conduz a reflexão de TUAN (1980) sobre a relação de afetividade do homem com seu meio numa perspectiva topofílica.

WERLEN (2000) por seu turno considera que o objetivo da Geografia Humana fenomenologicamente fundamentada não deve ser mais o de analisar o espaço, mas principalmente analisar a produção cotidiana das geografias produzidas pela ação social.

A partir dessa constatação os conceitos utilizados possuem abordagens distintas: o espaço enquanto dimensão permissiva dos comportamentos humanos, a intuição de possibilidades, a intenção de possibilidades e por último, a realização dessas possibilidades (SANTOS, M. 2004). A análise proposta é de compreender a mudança espacial ocorrida em Rondônia, fundamentando-se no conceito de espacialidade⁶, que significa o processo incessante de modelagem que o ser humano promove na região a

⁶ O termo espacialidade foi escolhido propositalmente, porque entende-se que o espaço é anterior ao território, embora exista uma correlação entre ambos.

si e ao seu entorno, passíveis de qualificação. Esse conceito é também utilizado por outros pensadores como SOJA (1993), ao tratar da dialética sócio-espacial que: “o termo espacialidade especifica esse espaço socialmente produzido”. O escopo, portanto, será analisar justamente esse recorte do espaço, essa espacialidade onde estão impressos os resultados das ações humanas que formataram esse lugar.

Por se um “animal espacial” o homem precisa construir ambientes que lhe possibilitem a vida de acordo com os seus acúmulos culturais, modelando-os e atribuindo-lhe funções, por isso denominado de lugar. Ele pode ser considerado como a categoria básica, mais fundamental da Geografia (SANTOS, M. 2004, 2006b), porém os lugares são formados por próteses feitas para determinados fins e determinadas paisagens.

O contexto das paisagens forma um lugar, constituindo-se de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área, sendo, portanto, um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e o seu meio. O termo paisagem, parece apropriado para descrever as mudanças visíveis de uso dos solos e cobertura vegetal, por serem próteses tratadas e valoradas diferentemente pelas populações indígenas e não-indígenas. Enquanto um percebe seu valor e representação na floresta preservada, como objeto provedor dos estoques necessários à sua reprodução cultural e integridade física, ou melhor, geográfica, os não-indígenas concebem-na como reserva para usos imediatistas e fonte de transformação de recursos para geração econômica.

A utilização de determinados recursos ou reservas, transformando-os ou simplesmente valorando-os, faz com que o espaço assuma funções distintas. A esse processo de “funcionalizar” a natureza e seu conteúdo, deu-se o nome de instrumentalização do espaço, meio pelo qual o homem procura moldá-lo, utilizá-lo de forma a viabilizar-se como humano.

Essas transformações, porém, ocorre de acordo com as possibilidades de cada povo, de seu acúmulo técnico, de suas relações sócio-culturais com o ambiente, refletindo seu caráter ideológico, o que para ROBINSON (1978) pode ser traduzido como o conjunto de normas, valores, símbolos, idéias e práticas que procuram justificar as relações econômicas e sociais existentes no interior da sociedade.

HITOMI (1996) caracteriza que a ideologia está intimamente ligada a relação de poder, que influencia direta e decisivamente nas formas de ocupação, de instrumentalização dos espaços e na definição de territórios. Assegura SANTOS, M.

(2004) que o espaço é o único veículo capaz de viabilizar as aspirações humanas, uma vez que toda e qualquer carência se realiza nele, logo, tornando-se ser alvo de disputas territoriais e qualificando a função de sobrevivência.

A necessidade natural e a capacidade dos homens em transformar a natureza que os circunda e suas próprias relações sociais propiciam ambientes tensionados, como relação de poder, o que para RAFFESTIN (1993) é manifesto por intermédio de aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos, sendo implícito de todas as relações e permeando todos os lugares.

A noção de território para Geografia esteve em seu início, marcada pela representação de uma área que pudesse ser identificada pela posse, uma área de domínio de uma comunidade, e principalmente, por um Estado. Apesar de não ter perdido essa conotação, os problemas para definição de território, ampliaram-se. Notadamente a partir da década de 1960 o enfoque ultrapassa a idéia do Estado-Nação e das questões políticas e econômicas, incluindo-se a discussão ideológica e cultural com sua valorização e a reformatação do pensamento geográfico enquanto ciência espacial (MACHADO, 1997).

Ainda de acordo com a autora, a importância que o território assume hoje para a Geografia, repousa em seu significado concreto, envolvendo não apenas o físico ou material, mas também, tudo que uma sociedade pode comportar como ideal, como representações, sentimentos de vinculação e de comportamentos individuais ou coletivos que participem da organização espacial. É entendido como um produto da história de uma dada sociedade, e que, portanto, está em constante modificação, sendo resultante de um processo de apropriação de determinado grupo social e do quadro de funcionamento da sociedade, comportando assim ao mesmo tempo, uma dimensão material e cultural dadas historicamente.

Para SANTOS, C. (2007) o espaço territorial de uma nação é o *locus* do exercício do poder de um Estado ou formação política, cuja soberania é a expressão do domínio patrimonial ou de propriedade, de modo exclusivo, e sob dado contexto ecológico. Dessa forma, a palavra possui um inerente significado jurídico, que abrange três importantes conotações: *dominação*, através do poder soberano; *interdição*, devido ao controle territorial; e *demarcação*, dadas as fronteiras físicas.

Por essa ótica, chega-se facilmente a conclusão de que, jurídica ou politicamente, os indígenas não possuem de fato territórios no território do nosso país, isso porque esses não possuem um poder soberano dentro de suas áreas, visto a

situação de tutelados. Suas terras possuem limites fixados pelo não-indígena e são de domínio da União, ou seja, eles possuem apenas parte do controle territorial, uma espécie de concessão, restrita a formas de uso tradicionais. As noções de territórios, não mais se baseiam meramente no político e/ ou econômico, fundamentam-se também nos fatores culturais, no sentimento de pertencimento a um lugar. Como resolver então a situação dos indígenas?

SANTOS, M. (2006a) considera que o território deve ser fundamentado na identidade, como idéia de pertencimento cultural. Apesar de que os fatores de dominância e decisão em um determinado espaço façam parte indissociável dessa interpretação, pois não há território sem relação de poder. Pela vertente do sentimento de pertencimento, pela ligação cultural com o lugar, pode-se sim pensar em um território indígena, mesmo que determinada unidade seja concebida e concedida por não-indígenas, assim como inúmeras decisões que os atingem.

Há na verdade, uma conformação dos indígenas para garantirem um espaço, e não um território no sentido geográfico da palavra. Seu vínculo com a floresta supera a objetividade material, em que essa faz parte da sua cosmologia, da sua simbologia e de todos os reflexos que as interações e percepções produzem em sua cultura, sociedade e espaço. Portanto, ao longo da breve história do contato, vê-se que os indígenas são a cada dia mais confinados a um território “brancamente” demarcado, ou em “ilhas”⁷ e que apesar de lhes pertencer, não representa a totalidade desse, e sim de um espaço permitido e produzido por nossa sociedade, sem respeito a deles.

Na verdade, cria-se um território que serve a ambos. Aos indígenas, por que nele, podem continuar a instrumentalizar o espaço de acordo com suas concepções culturais e necessidades, exercendo uma limitada territorialidade, e aos não-indígenas que vêem a espacialidade criada como forma de preservar reservas naturais.

Não se trata aqui de fazer um julgamento étnico ou a determinação de um estereótipo sobre quem degrada o ambiente, pois não são os atributos de etnicidade, classe ou orientação econômica de um dado segmento social que definem, por si, seu comportamento em relação ao ambiente, mas a conjugação particular de suas características sociais num dado momento e lugar. A categoria “índio” não está hoje, necessariamente associada à sustentabilidade, nem a não-indígena ou “branca” à

⁷ ALMEIDA SILVA (2007, p.80), conceitua esses territórios como ilhas indígenas, uma vez que “são espaços socioculturais cercados por espaços externos com características diferenciadas de produções econômicas e sociais em relação aos povos indígenas, com isso esses povos passam a ter como referência as áreas de entorno”.

insustentabilidade, embora se atribua às sociedades indígenas a herança da sustentabilidade e à outra população o papel oposto. É importante atentar para a cristalização de estereótipos socioambientais que atribuem valores ecológicos positivos ou negativos à diversidade social da Amazônia. Tal premissa obstrui a construção de uma análise objetiva a respeito da interação complexa entre os processos sociais responsáveis pela degradação ambiental (LIMA & POZZOBON, 2005).

Busca-se sim, compreender como aconteceram os processos de ocupação em Rondônia, como essas mudanças de território contribuíram para alterar a espacialidade local e as conseqüências sobre as populações indígenas que baseavam suas vidas em uma cultura cosmogônica e autóctone.

Surgem assim, algumas questões pertinentes que exigem reflexão na compreensão da organização espacial e a formatação do território: 1) Como o meio é percebido por aqueles que o habitam?; 2) Quais as razões do domínio que ocorrem sobre ele?; 3) Como concebem a ordem social, regras e normas com as quais tem que se conformar?

3. A COLONIZAÇÃO EM RONDÔNIA E SEUS REFLEXOS PARA OS TERRITÓRIOS ÍNDIOS E NÃO ÍNDIOS.

Os projetos de colonização e integração nacional iniciados na década de 70 criaram alicerces para a implantação dos assentamentos na Amazônia. A maior parte das famílias que migraram para a região foi motivada pela oferta de terras e créditos subsidiados. Essas famílias foram distribuídas em sua maioria, no estado do Pará e no entorno da BR-364, em Rondônia, que recebeu 17% dessas famílias (BRANDÃO JR. & SOUZA JR., 2006).

Devido as suas baixas densidades e a pressão pioneira vinda do sul-sudeste, a Amazônia foi e continua a ser, a grande reserva de espaço do país, a sua última fronteira de migração e expansão capitalista mundial, conforme BECKER *et al.* (1990) e THÉRY (2005), constituindo um espaço geopolítico privilegiado para a ação das corporações transnacionais através de fluxos de entrada e saída de capitais, em detrimento da população regional.

A criação do Estado de Rondônia ocorre concomitantemente com a implantação do POLONOROESTE, cuja intenção era instalar comunidades de pequenos produtores, baseadas na agricultura auto-sustentada, com atendimento básico de saúde, educação e escoamento da produção, respeitando a floresta e as comunidades indígenas

(SANTOS, C., 2007), entretanto seus objetivos não foram atingidos em sua totalidade, em virtude do descontrole ao que havia sido planejado.

O POLONOROESTE apoiava o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA com a distribuição gratuita de lotes, desde que o ocupante ou beneficiário desmatasse ao menos 50% de sua propriedade, para “garantir a posse da terra” (PEDLOWSKI *et al.*, 2005), todavia esse processo serviu para acentuar drasticamente diversos conflitos espaciais em Rondônia na disputa por territórios. Esse desmatamento imposto pelo INCRA faria os colonos implementarem, obrigatoriamente, atividades agropecuárias, rentáveis economicamente e abrirem uma nova fronteira produtiva, como pode ser constatado hoje.

Como o espaço é a expressão da intencionalidade (SANTOS, M. 2004), por essa ótica é possível entender a construção e a destruição de espacialidades e de territorialidades no processo de colonização da Amazônia e, particularmente, em Rondônia dado a lógica de produção minero-agrícola que resultariam em usos lucrativos do solo, sempre buscando o modo mais rentável de exploração (SANTOS, C. 2007).

Essa ocupação intempestiva e ambientalmente desorganizada não transcorreu impunemente, surgindo conflitos pela posse da terra e de suas riquezas, com prejuízos muitas vezes irrecuperáveis para as populações indígenas e o ecossistema (SANTOS, B. 2002).

Assim, formatava-se a espacialidade local, modificando e construindo novas formas, gerando novas estruturas com novas funcionalidades através de um processo tensionado e complexo que se aproximava do caos. Durante uma década, investiu-se principalmente em infra-estrutura e planejamento. A intencionalidade dos governantes ficava explícita através da construção dessas obras, uma vez que escancaravam as novas funções territoriais a elas atribuídas: produção e circulação de mercadorias.

Outra funcionalidade espacial era desenhada para a região, a de estocar reservas naturais. Durante o projeto criaram-se unidades de conservação e demarcaram-se terras indígenas, representando outra grande intervenção na dinâmica de ocupação do Estado. As terras funcionavam como áreas limitadoras ao processo de antropização, mesmo que muitas delas tivessem sido criadas estrategicamente posicionadas às margens dos eixos rodoviários, como as terras indígenas dos povos Suruí, em Cacoal, Gavião e Arara, em Jí-Paraná e Jupaú e Amondawa, entre Ariquemes e Jaru.

Com o asfaltamento da BR-364, concluído em meados de 1984, ocorre uma intensa ocupação e especulação imobiliária das terras nas suas proximidades, sendo que os habitantes situados às margens desse eixo rodoviário foram forçados a interiorizarem-se na região, incrementando assim, o processo de devastação da floresta (SANTOS, G. 1991).

Tal modelo gerou profundas conseqüências locais, principalmente às populações indígenas, incapazes de acompanhar essa dinâmica de ocupação de seus territórios imemoriais. SANTOS, G. (1991) conclui que esse modelo excludente, apesar de gerar benefícios a determinados segmentos da população local, aprofundou as diferenças sociais, a troca da miséria de muitos e de acentuados danos ao meio ambiente, além de problemas de ordem cultural, social e econômica sobre essa porção da Amazônia.

FEARNSIDE (1989) aponta que o desmatamento aumentou nesse mesmo período a uma taxa de 24,8% ao ano, em razão do processo migratório potencializado pelo asfaltamento da BR-364.

Aliado aos problemas decorrentes da chegada de moradores e a abertura de estradas, a ampliação dos desmatamentos contribuiu para a diminuição das possibilidades de usos dos recursos por parte dos indígenas, estabelecendo-se uma nova ordem que entra em conflito com as relações sociais, produção material e espiritual, qualificada como sua cultura por GONÇALVES (1989).

O processo de ocupação resultou na diminuição dos estoques e territórios de caça dos indígenas, em conseqüência dos desmatamentos causados, bem como a caçada indiscriminada por parte dos trabalhadores dessas frentes que desrespeitam os limites das demarcações das terras indígenas. A cultura indígena por razões ancestrais possuem certas restrições alimentares (CARDOZO, 2002) e com a redução dos territórios de caça passaram a sofrer com problemas nutricionais.

Outra problemática consistia nas queimadas, visto que os projetos de colonização preocupam-se apenas em ceder às terras, não oferecendo condições de trabalho, como assistência técnica, apoio à produção, crédito, estruturação física ou aparelhamento. Logo, esses migrantes adotam as queimadas como método rápido e barato de limpar suas áreas, todavia com o descontrole, o fogo adentrava os limites das terras indígenas, causando a destruição de árvores da medicina tradicional e a diminuição das áreas florestadas, importantes para preservação dos valores e costumes indígenas, matam e afugentam animais que poderiam ser utilizados como fonte de alimentação. Finda com recursos muitas vezes escassos e existentes apenas em certas

partes dos territórios, importantes para confecção de utensílios e para transmissão cultural (CARDOZO, 2002).

Como fonte de reservas e recursos, a floresta funciona para os indígenas como uma prótese que obstrui ou, ao menos, dificulta as incursões de não-indígenas à área. As queimadas expõem certas partes da floresta, fragilizando-a e permitindo a entrada de madeireiros, em busca de espécies de valor comercial, pescadores e caçadores que pressionam e utilizam, de forma indevida, suas reservas. Essas reservas, na maioria das vezes, encontram-se esgotadas fora dessas áreas por conta das ações dos próprios colonizadores. A destruição de florestas e de outras áreas marginais causa a extinção de espécies vegetais e animais e reduz drasticamente a diversidade genética dos ecossistemas do mundo. Esse processo priva as gerações atuais e as futuras de material genético. O desaparecimento de espécies e subespécies, muitas delas ainda não estudadas pela ciência, priva-nos de importantes fontes potenciais de remédios e produtos químicos industriais. Destrói para sempre seres de grande beleza e partes de nosso patrimônio cultural; e empobrece a biosfera (CMMAD, 1988), atingindo toda humanidade.

Países como o Brasil, desatualizados tecnologicamente, possuem setores da economia que tiram vantagens e são altamente dependentes de seus recursos naturais, como grandes extensões de solo para uso agrícola, disponibilidade de recursos hídricos, grandes províncias metalogenéticas que lhes proporciona uma oferta abundante de minérios para processamento industrial. Por esses motivos as áreas indígenas desempenham um importante papel na preservação desses recursos pela forma como esses povos fazem uso do território.

Por isso, são importantes aliados para conservação, devido às práticas de sucesso em sistemas tradicionais de manejo que constituem não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais (DIEGUES, 2002).

Por esses importantes serviços de conservação da floresta, os povos indígenas deveriam ser remunerados, uma vez que os benefícios são globais e não meramente locais. Isso ajudaria a floresta, possibilitando-lhes ainda melhor qualidade de vida encontram-se inseridos na economia de mercado. Conservar grandes espaços de áreas florestadas é hoje, uma necessidade, pelos serviços ambientais que prestam como

manutenção de ciclagem de água, importante para manutenção do clima local, conservação de biodiversidade e estocagem de carbono (FEARNSIDE, 2002; ALMEIDA SILVA, GIL FILHO & SILVA, 2008). A cada dia as florestas tropicais são mais ameaçadas pela objetividade do capital a serviço de interesses meramente econômicos e imediatistas.

Além dos problemas ambientais, existem os culturais oriundos dessa relação de estabelecimento de poder e conseqüentemente, da busca pela dominação territorial. O primeiro deles, justamente, fruto da relação é o contato. Segundo RIBEIRO (2002), no primeiro ano de contato, geralmente a metade das etnias contatadas morrem vitimadas por doenças para as quais não possuem defesas, complementando-se ainda com o processo de perda de identidade das práticas culturais e a introdução de elementos estranhos à sua cultura.

O contato produz dois processos irreversíveis, o de deculturação e o de aculturação, tratadas por GIDDENS (1991), como “desencaixe”, significando uma retroalimentação do processo com a inserção e submissão no sistema de produção econômica, inexoravelmente levando a desintegração da vida tribal, a desmoralização e o desaparecimento de muitos desses povos (RIBEIRO, 2002).

Para a satisfação das novas necessidades, os indígenas são submetidos a uma nova e estranha relação social com o trabalho, tendo que produzir excedentes para adquirir os desejados bens inexistentes em suas terras. Com essas mudanças, adentram forçosamente no processo de “compressão espaço-tempo”, em que as qualidades objetivas contidas nesse processo assumem uma nova representação de sentidos e significados, acarreta transformações sócio-culturais irreversíveis (HARVEY, 2006).

Além da compressão espaço-tempo, por conta da instrumentalização do trabalho enquanto valor de força produtiva e dedicação do tempo à atividade ocorrendo o desencaixe com a inserção de “novas” próteses, representada pela busca por dinheiro e a diferenciação de força produtiva para obtenção dos resultados, qualificado por Santos (2004, p. 165) qualifica como: “uma forma social estranha, até então, mas que se impõe ao grupo social como meio de obter dinheiro líquido e assim poder comprar o que se precisa. O equilíbrio antigo é desse modo rompido”. Desse modo, o individual se destaca em detrimento do coletivo, reestruturando as relações sociais internas dos grupos não mais através dos vínculos ancestrais, baseados principalmente no

parentesco, mas pela valorização do indivíduo e pela posse ou possibilidade de obter as novas próteses diante do grupo.

Há, por conta dessas modificações, o “distanciamento espaço-tempo”, representando para GIDDENS (1991) relações de desencaixe, por estarem vinculadas a fenômenos que envolvem a separação do tempo-espaço. Nas sociedades pré-modernas, e aqui se considera também os povos indígenas, espaço e tempo coincidem amplamente, na medida em que as dimensões espaciais da vida social são, para a maioria das populações, e para quase todos os efeitos denominados pela “presença”, por atividades localizadas.

O advento da modernidade, através de algum de seus mecanismos de desencaixe, como o dinheiro, arranca crescentemente o espaço do tempo, fomentando relações entre “ausentes”, localmente distantes de qualquer situação, devido à interação face-a-face. Com isso o lugar torna-se penetrado e moldado por influências sociais bem distantes deles, valendo tanto para indígenas, como para não-indígenas, mesmo que ambos não tenham compreensão de seus contextos na totalidade desses processos.

É sempre importante lembrar, no caso dos indígenas, trata-se de povos que há tempos em contato com outras culturas, tem sofrido e vivido todos os dramas da inserção na economia de mercado, através da espoliação de suas terras, devastação das florestas e a marginalização social, principalmente por não conseguirem acompanhar o desenrolar dos acontecimentos. Esses fatos para MINDLIN (2001) produzem transformações acompanhadas quase sempre, de graves problemas sociais, que não são resolvidos pela sociedade hegemônica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço em Rondônia é realmente percebido com o local de realização de possibilidades, tanto para indígenas como para não-indígenas. Está impresso nesse espaço, uma espacialidade que mostra as diferentes aspirações, intenções e dimensões culturais de cada “ser social”, que apesar de estarem definidos e de serem visíveis, formam paisagens, lugares e territórios, cada dia mais limitados e delimitados, em meio a uma infinidade de sistemas invisíveis.

O domínio sobre esses territórios ocorre cada vez mais através das relações de trabalho e pela crescente evidência dos limites territoriais de cada um deles. Assim, para os não-indígenas apesar da compressão espaço-tempo tornar-se mais latente e de uns poucos deterem o poder dos meios de produção, o fato não é novidade. Nossa

sociedade vem evoluindo dentro desse processo, mesmo que muitas pessoas nem se apercebiam desses fatos. Com os indígenas ocorre o problema da aculturação, modificando as bases das relações sociais e as formas como lidam com o trabalho, sendo um processo em marcha. Não podendo se falar o que é de fato, mas há indícios de graves problemas ocorrendo, como o de perda da identidade.

Com relação ao limites de cada um, o crescimento populacional e as atividades nos entornos das terras indígenas, fizeram com que suas linhas de demarcação ficassem evidentes. Essas paisagens parecem estar funcionando como um bloqueador às ações de expansão dos trabalhos e territórios não-indígenas.

Concluem-se, pela visão antagônica entre não-indígenas e indígenas, em virtude da ordem social, regras e normas com as quais tem que se conformar. Os primeiros atribuem que a delimitação de espaços para os indígenas seja injusta, em razão da “discrepância” entre o número de habitantes na terra e sua vasta extensão; ou pelo fato de pensarem que os indígenas, por terem um modo de vida cultural e geográfica diferentes, poderiam satisfazer suas necessidades de sobrevivência em áreas menores. Em contrapartida, os índios não entendem os motivos da ganância dos “brancos” em quererem dominar territórios, subjugar seus povos e restringi-los a espaços que nem de perto, condizem com as práticas culturais de um determinado povo. Nessa intrincada e tensa relação, entra o jogo do poder, onde infelizmente, o interesse dos mais fortes resulta sobreposto ao outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA SILVA, A. **Impactos Socioculturais em Populações Indígenas de Rondônia**: Estudo da Nação Jupaú. Dissertação de Mestrado. Porto Velho: PPGG/NCT-UNIR, 2007. 255 p.

_____. GIL FILHO, Sylvio Fausto & SILVA, J.C. **A territorialidade como construção do modo de vida e da identidade do povo indígena Jupaú**. Anais do III SIMPGEO. Ponta Grossa: III SIMPGEO/UEPG, 2008. p. 34-45.

BECKER, B.K. *et. al.* **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

BRANDÃO Jr., A.; SOUZA Jr., C. **Desmatamentos nos assentamentos de reforma agrária na Amazônia**. O Estado da Amazônia nº7. Belém: IMAZON, 2006.

CARDOZO, I. B. **Levantamento etno-histórico da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau**. In: **Diagnóstico Etnoambiental Participativo da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau**. Porto Velho: Kanindé, 2002.

CMMAD. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Annablume: Hucitec: USP, 2002.

FEARNSIDE, P. M. **A ocupação humana de Rondônia: impactos, limites e planejamento**. Brasília: Assessoria Editorial e Divulgação Científica, 1989.

_____. **Homem e ambiente na Amazônia**. Manaus: INPA, 2002.

_____. **A Hidrelétrica de Samuel: lições para as políticas de desenvolvimento energético ambiental na Amazônia**. Manaus: INPA, 2004.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: EDUNESP, 1991.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 15ª ed. São Paulo: Editora Loyola, 2006.

HITOME, A. H. **As formas sociais de consciência: o pensamento de Antonio Gramsci**. Revista Transinformação. v. 8, n.1. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 31-35.

LIMA, D. POZZOBON, J. **Amazônia socioambiental**. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. Estudos Avançados vol. 19, ed.54. São Paulo: USP, 2005.

MACHADO, M. S. **Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade**. GEOuerj n. 1. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia/UERJ, 1997. p. 17-32

MINDLIN, B. **Couro dos espíritos: namoro, pajés e cura entre os índios Gavião-Ikolen de Rondônia**. São Paulo: SENAC/Editora Terceiro Nome, 2001.

PEDLOWSKI, M.A.; MATRICARDI, E.A.T.; SKOLE, D.; CAMERON, S.R.; CHOMENTOWSKI, W.; FERNANDES, C. E LISBOA, A. **Conservation units: a new deforestation frontier in the amazonian state of Rondônia, Brazil**. Revista: Environmental Conservation. Foundation for Environmental Conservation: 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ROBINSON, J. **Filosofia econômica**. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, cap.1, 1978.

SANTOS, B. A. Recursos minerais da Amazônia. **Estudos Avançados**. Coletânea Amazônia. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/iea/revista/>. Acesso em: 03 jan. 2009.

SANTOS, C. **Percursos geográficos: rumo à toposofia**. Porto Velho: Edufro, 2004.

_____. **A fronteira do Guaporé**. Porto Velho: Edufro, 2007.

SANTOS, G. M. **Pesca e ecologia dos peixes de Rondônia**. Tese de Doutorado em Biologia de Água Doce e Pesca Interior. Manaus: INPA/UA, 1991.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova e uma geografia crítica**. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **O dinheiro e o território.** *In: Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Editor D P & A, 2006a.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2006b.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

THÉRY, H. **Situações da Amazônia no Brasil e no continente.** Revista Estudos Avançados vol. 19, ed.53. São Paulo: USP, 2005.

TUAN, Y. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

WERLEN, B. Regionalismo e sociedade política. GEOgraphia Ano 2, n. 4. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia da UFF, 2000.